

INQUÉRITO ONLINE SOBRE AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAPUTO

Maputo, Dezembro de 2020



INQUÉRITO ONLINE SOBRE AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAPUTO

Centro de Estudos Urbanos de Moçambique (CeUrbe)

Maputo, Dezembro de 2020

Copyright © Inquérito Online sobre as necessidades de capacitação para os membros da Assembleia Municipal de Maputo. 2020

FICHA TÉCNICA

Título Inquérito Online sobre as necessidades de capacitação para

os membros da Assembleia Municipal de Maputo

Propriedade Centro de Estudos Urbanos de Moçambique

Coordenação da Pesquisa Centro de Estudos Urbanos de Moçambique

Pesquisadores Marcela Guivala e Hilário Chacate

Revisor Linguístico Henrique Mateus

Maquetização Marcelino Buque

Técnico de Estatística Danilo Alane

Assistente de campo Helena Matsove

Financiador Diakonia

Ano 2020

Direitos e Autorizações

O texto e dados desta publicação podem ser usados desde que as fontes sejam citadas. É proibida a reprodução deste material para fins comerciais.

As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos seus autores e não representam necessariamente opiniões da Diakonia, ou qualquer das suas organizações afiliadas, assim como, das pessoas inquiridas ao longo da pesquisa.

Mais informações de contacto:

Centro de Estudos Urbanos de Moçambique (CeUrbe)

Endereço: Av. Karl Marx, nº 1975 r/c direito, Maputo – Moçambique

Contacto: Tel. (+258) 85 207 2443

Email: <u>info@ceurbe.org.mz</u> Website: <u>www.ceurbe.org.mz</u>

Número de registo:

ÍNDICE

1.	Con	textualização	1
2.	Fun	damentação	2
3.	Obje	ectivos da Consultoria	3
4.	Met	odologia de Trabalho	4
	4.1.	Principais Etapas	4
	4.2.	Procedimentos Técnicos e Técnicas de Recolha de Dados	4
	4.3.	Análise, Tratamento e Interpretação de Dados de Inquérito	5
	4.4.	Abrangência do Inquérito	5
	4.5.	Grupo-alvo	6
	4.6.	Perfil da Amostra	7
	4.7.	Indicadores	9
5.	Resu	ıltados dos Estudos	10
	5.1. os Mu	Plataformas/Mecanismos e Nível de Interacção entre os Membros da Assembleia Municipalícipes	
	5.2.	Mecanismos Participação e de Resposta do Município para as Necessidades dos Cidadãos	12
	5.3.	Limitações e as Necessidades de Capacitação dos Membros da Assembleia Municipal	12
6.	Lim	itações do Estudo	13
A	NEXO	E APÊNDICES	15
A	nexo 1:	Despacho do Presidente da Assembleia Municipal	16
A	pêndice	e 1: Guião de Entrevista ao Presidente da Assembleia Municipal	17
Α	pêndice	2: Inquérito dirigido aos Membros da Assembleia Municipal	19
Α	pêndice	3: Inquérito dirigido ao Munícipe	22
Α	pêndice	4: Inquérito dirigido aos Gestores Municipais	25
		5: Inquérito dirigido às Inquérito às Organizações da Sociedade Civil que Trabalham vulneráveis	
Íľ	NDICE	DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS	
F	iguras		
F	igura 1:	Etapas do estudo	4

Figura 2: Grupo-alvo do estudo
Figura 3: Indicadores de representação dos munícipes e melhoria da prestação de serviços
Tabelas
Tabela 1: Dados da amostra por sexo
Tabela 2: Dados da amostra por nível de escolaridade
Tabela 3: Percepção dos inquiridos (%) sobre as limitações dos membros da Assembleia Municipal 13
Tabela 4: Matérias para Capacitação dos Membros da Assembleia Municipal na Percepção dos Inquiridos (%)
Gráficos
Gráfico 1: Organizações da Sociedade Civil inquiridas por anos de serviço
Gráfico 2: Grupos Vulneráveis Assistidos pelas OSC inquiridas
Gráfico 3: Mecanismos de interacção com a Assembleia Municipal reconhecidos pelos Munícipes 10
Gráfico 4: Indicadores de representação dos munícipes
Gráfico 5: Representação e resposta aos interesses dos grupos vulneráveis
Gráfico 6: Indicadores de fiscalização do executivo pela Assembleia Municipal na prestação de serviços aos munícipes

1. Contextualização

A Constituição da República de 1990 instituiu o Estado de Direito Democrático baseado no pluralismo de expressão, organização partidária, respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, dando assim, espaço para a democracia multipartidária e o processo da descentralização. Para efectivar a descentralização política foram criadas as autarquias locais através da Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro, precedido de uma emenda constitucional em 1996 (Lei nº 9/96, de 22 de Novembro) e seguido da realização das primeiras eleições autárquicas em 1998.

Desde a instituição da democracia multipartidária, foram feitas várias reformas no País, sendo a mais recente, a revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique de 2004 através da Lei nº 1/2018, de 12 de Junho, visando a "consolidação da reforma democrática do Estado, o aprofundamento da democracia participativa e a garantia da paz, reiterando o respeito aos valores e princípios da soberania e da unicidade do Estado". Esta revisão permitiu a introdução de novas entidades descentralizadas (provinciais), localmente eleitas, que vem se juntar às já existentes autarquias locais. Decorrente desta revisão, foi alterada a Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, que estabelece o quadro jurídico-legal para a implantação das autarquias locais, pela Lei nº 6/2018 de 3 de Agosto; e aprovada a Lei nº 7/2018 de 3 de Agosto que cria o quadro jurídico para a eleição dos membros da Assembleia Autárquica e do Presidente do Conselho Autárquico.

Nos termos do número 1 do artigo 267 da Constituição da República, a descentralização tem como objectivo "organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade, promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado Moçambicano". O alcance deste desiderato impõe aos órgãos de governação descentralizada municipal, especificamente as assembleias municipais com poder deliberativo, para que no cumprimento das suas funções de representação dos munícipes e fiscalização das actividades do executivo municipal, tenham, entre outras capacidades: a de identificar, debater e tomar decisões sobre os reais problemas sociais que afectam o bem-estar dos munícipes; definir prioridades de acção para responder as necessidades colectivas dos munícipes; propor medidas de melhoria de prestação de serviços aos munícipes; alinhar as suas agendas de trabalho com as agendas local, nacional, regional e global de desenvolvimento.

A criação dessa capacidade depende do mapeamento das necessidades de formação dos membros das assembleias municipais para melhor definição e transmissão de habilidades e competências que os permitam elevar a qualidade do seu trabalho, o cumprimento efectivo da sua missão e o alcance dos propósitos da descentralização e para que não sejam apenas mais um órgão para responder a uma formalidade constitucionalmente estabelecida. É neste contexto que se propõe a presente consultoria para a "elaboração de um inquérito *online* das necessidades de capacitação para os membros da assembleia municipal.

2. Fundamentação

A proposta da consultoria para a elaboração de um inquérito *online* sobre as necessidades de capacitação para os membros da assembleia municipal, funda-se na ciência de que decisões políticas, ou de outra natureza, que afectam a vida das pessoas devem ser melhor informadas pela pesquisa, evidência e debate franco e inclusivo para produzir melhores resultados. Neste sentido, é fundamental produzir conhecimento científico (informação com evidências) sobre os reais desafios das assembleias municipais no exercício das suas actividades e que constituem um entrave para a efectiva representação dos interesses dos munícipes e a garantia da melhoria da prestação de serviços pelo município. A capacidade de orientar e fiscalizar o executivo, pela assembleia municipal, torna este actor chave na construção de sistemas efectivos de governação democrática pró-desenvolvimento.

A democracia exige o respeito pelo Estado de Direito em que todos os cidadãos gozam de direitos fundamentais e estão plenamente envolvidos nos processos de tomada de decisões sobre assuntos que afectam o seu bem-estar. Este envolvimento é, em parte, garantido pelos representantes democraticamente eleitos. Portanto, além da sensibilidade dos membros das assembleias municipais, a informação produzida deve captar a percepção dos demais *stakeholders* no trabalho daquele órgão, nomeadamente, os gestores municipais e o pessoal de apoio das assembleias municipais, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que actuam em áreas de interesse de, ou trabalham com, grupos vulneráveis; e os munícipes. A percepção dos munícipes e das OSC sobre a imagem e o desempenho dos órgãos que os representam é que vai determinar a credibilidade ou não destes e a sua legitimação como melhor plataforma de inclusão de diversos grupos no diálogo dos assuntos colectivos.

Entretanto, dados quantitativos do Barómetro de Governação Municipal de 2017 (IESEa, 2018)¹ recolhidos nos municípios de Tete, Quelimane, Pemba, Ilha de Moçambique, Lichinga, Beira, Manjacaze, Nampula, e os dados de 2018 (IESEb, 2018)² captados nos municípios de Xai-Xai, Inhambane, Dondo, Chimoio, Moatize, Guruè e Nacala, indicam que, em geral, os munícipes não confiam ou confiam pouco aos membros das assembleias municipais (23% e 45%, respectivamente em 2017; 20% e 47%, respectivamente em 2018) e o desempenho dos membros das assembleias municipais é maioritariamente avaliado como sendo razoável (41% em 2017 e 49% em 2018). Quanto à frequência da consulta dos membros da assembleia municipal à comunidade, 50% e 44% dos munícipes inquiridos em 2017 e 2018, respectivamente, afirmam que os seus representantes nunca o fazem.

Em suma, face a estes cenários, torna-se pertinente fazer o levantamento de toda a informação, em termos de necessidades de formação dos membros da assembleia municipal de Maputo, com vista a identificar as áreas nas quais devem melhorar o seu desempenho, o que vai permitir dotálos de competências que os permitam cumprir efectivamente a sua missão e conquistar a confiança pública dos cidadãos que representam.

3. Objectivos da Consultoria

a. Objectivo Geral

 Produzir um inquérito online das necessidades de capacitação dos membros das assembleias municipais.

b. Objectivos específicos

- Apresentar os mecanismos participação e de resposta do município para as necessidades dos cidadãos;
- Indicar as plataformas/mecanismos de interacção entre os membros das Assembleia Municipal e os munícipes;
- Descrever o nível de interacção entre os membros da Assembleia Municipal e os cidadãos;

¹IESEa (2018). Barómetro de Governação Municipal 2017: Relatório de Dados Quantitativos. IESE, Maputo (inquiridos 4965 munícipes).

²**IESEb** (2018). Barómetro de Governação Municipal 2018: Relatório de Dados Quantitativos. IESE, Maputo (inquiridos 4342 munícipes).

 Identificar as limitações e as necessidades de capacitação dos membros da Assembleia Municipal.

4. Metodologia de Trabalho

A metodologia adoptada teve como base os objectivos e a natureza da pesquisa, o tipo de abordagem de problema e as etapas principais. A pesquisa é de carácter exploratório e de natureza aplicada, visando, deste modo, conhecer com maior profundidade o contexto, as limitações e desafios do desempenho das assembleias municipais e gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à melhoria da representação dos munícipes e da fiscalização do executivo na prestação de serviços. A forma de abordagem do problema é qualitativa e quantitativa com indicadores previamente definidos para permitir o levantamento das necessidades de formação em cada uma das variáveis identificadas. Estas abordagens, aliadas a outros procedimentos metodológicos, foram úteis tanto na colecta, como no processamento de dados de forma a produzir uma análise que expresse de forma objectiva e efectiva os resultados do inquérito.

4.1. Principais Etapas

A realização deste inquérito obedeceu as seguintes etapas:

Figura 1: Etapas do estudo

Análise documental;
Elaboração do instrumento de colecta de dados (inquérito);
Desenho da base de dados.
Recolha de dados com recurso a inquérito *online*;
Tratamento, análise e interpretação de dados do inquérito;
Produção do relatório preliminar.
Apresentação dos resultados do inquérito;
Submissão do documento final.

4.2. Procedimentos Técnicos e Técnicas de Recolha de Dados

 Pesquisa bibliográfica sobre descentralização política em Moçambique, com enfoque para a governação municipal;

- Pesquisa documental: consulta de legislação genérica e específica de composição, organização, funcionamento e competências dos órgãos autárquicos, particularmente a Assembleia Municipal;
- Inquérito online e entrevista semi-estruturada (ver apêndice) que permitiram colher sensibilidades e o diagnóstico das necessidades de capacitação dos membros da Assembleias Municipal. O inquérito é composto por questões fechadas que como base de resposta a escala de Likert com cinco possibilidades de resposta a uma dada afirmação, nomeadamente: concordo totalmente, concordo parcialmente, indiferente, discordo parcialmente e discordo totalmente. Também fez-se um inquérito por questionário que consistiu na recolha e preenchimento presencial dos dados nos inquéritos pelos pesquisadores nos dispositivos electrónicos com inquéritos online;
- As questões do inquérito são baseadas em indicadores das duas variáveis identificadas no tema: representação dos munícipes e fiscalização do executivo para melhoria da prestação de serviços.

4.3. Análise, Tratamento e Interpretação de Dados de Inquérito

A partir dos procedimentos e técnicas seleccionadas, foram obtidos dados e informações de cariz qualitativa e quantitativa, a partir dos quais elabora-se o presente relatório, após a devida estruturação, sistematização, análise e interpretação. Os dados do inquérito (base de dados em anexo) são ilustrados e representados graficamente e apresentados nos respectivos indicadores. Na apresentação gráfica são agregadas num único dado as respostas correspondentes ao concordo parcialmente e totalmente e as correspondentes às opções negativas discordo parcialmente e totalmente.

4.4. Abrangência do Inquérito

O inquérito incidiu sobre a Assembleia Municipal da Cidade de Maputo e sobre o actual mandato (2019-2023) o que permitiu a recolha de dados recentes e actualizados e fiáveis tendo em conta que foram, em grande parte, fornecidos por fontes primárias, cuja memória sobre assuntos públicos relevantes, e com o requerido detalhe, pode ser afectada pelo tempo.

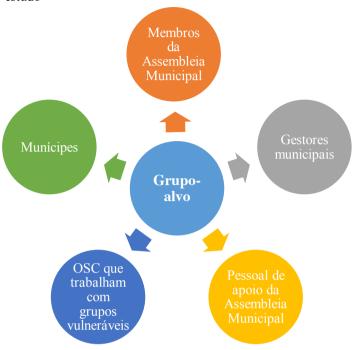
4.5.Grupo-alvo

O desenvolvimento de competências relevantes é uma responsabilidade legítima dos órgãos democráticos como a Assembleia Municipal, visto que o seu desempenho afecta não apenas os indivíduos, mas também outros órgãos e serviços que dela dependem. Nos termos do número 1 do artigo 45 da Lei nº 6/2018 de 3 de Agosto:

"Compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar, no quadro das atribuições municipais, sobre os assuntos e as questões fundamentais de interesse para o desenvolvimento económico, social e cultural da comunidade municipal, à satisfação das necessidades colectivas e à defesa dos interesses das respectivas populações, bem como fiscalizar a actividade dos demais órgãos dos serviços e empresas municipais".

Ainda no nº 3 do mesmo artigo, a Assembleia Municipal tem competências específicas a exercer sob proposta ou a pedido de autorização do Conselho Municipal. Nestes termos, o inquérito incidiu sobre quatro grupos sob quais incide o trabalho ou que, directa ou indirectamente, são os principais beneficiários trabalhos da Assembleia Municipal, nomeadamente: gestores municipais, pessoal de apoio à Assembleia Municipal, munícipes e Organizações da Sociedade Civil (OSC) que trabalham com grupos vulneráveis (ver a figura abaixo). Para o caso da OSC seleccionaramse as que actuam naquela área em particular tendo em conta que os resultados deste inquérito constituirão a base para a elaboração de um currículo de capacitação *on job* para os membros da Assembleia Municipal sobre o acesso aos serviços básicos pelos grupos vulneráveis em contexto de pandemia da COVID-19.

Figura 2: Grupo-alvo do estudo



4.6.Perfil da Amostra

A amostra seleccionada aleatoriamente, conforme a acessibilidade dos respondentes, esteve distribuída da seguinte maneira:

Tabela 1: Dados da amostra por sexo

Grupo-alvo	Mulh	eres	Hom	Total	
	Número	%	Número	%	
Munícipes	114	53	100	47	214
Gestores	4	29	10	71	14
Apoio Técnico à Assembleia Municipal	1	25	3	75	4

Tabela 2: Dados da amostra por nível de escolaridade

Nível de Escolaridade	Munícipes		Gest	tores	Pessoal de Apoio à Assembleia	
	Número	%	Número	%	Número	%
Primário	8	3.74	0	0.00	0	0.00
Básico	5	2.34	0	0.00	3	75
Médio	37	17.29	1	7.14	1	25
Superior	163	76.17	13	92.86	0	0.00
Sem educação formal	1	0.47	0	0.00	0	0.00
Total	214	100	14	100	4	100

Foram igualmente respondentes do inquérito, oito (8) OSC que trabalham com grupos vulneráveis com o seguinte perfil:

Gráfico 1: Organizações da Sociedade Civil inquiridas por anos de serviço

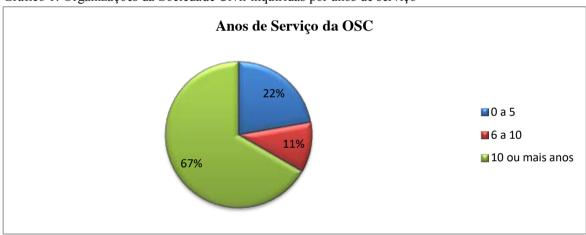


Gráfico 2: Grupos Vulneráveis Assistidos pelas OSC inquiridas



4.7.Indicadores

Conforme os Termos de Referência do CeUrbe, a produção do inquérito *online* sobre as necessidades de capacitação dos membros da Assembleias Municipais tem o intuito de colher as sensibilidades e melhor fazer a radiografia das lacunas e/ou limitações daquele grupo no que tange a melhoria de prestação de serviços e representatividade em contextos de calamidade pública, pandemia (COVID-19), insurgência e crises económicas. Neste sentido, conforme referido anteriormente, as questões do inquérito são baseados em indicadores das duas variáveis identificadas: representação dos munícipes e fiscalização do executivo para a melhoria da prestação de serviços conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 3: Indicadores de representação dos munícipes e melhoria da prestação de serviços

Representação dos Munícipes Melhoria da Prestação de Serviços Conhecimento e acessibilidade da Capacidade técnica da Assembleia no controlo das actividades do executivo Assembleia pelo munícipe Auscultação/consulta/interacção Cumprimento, pelo executivo, das da Assembleia com o munícipe deliberações da Assembleia Prestação de contas pela Assembleia Prestação de contas e responsabilização do executivo pela Assembleia aos munícipes Envolvimento dos grupos de **Impacto** das deliberações da interesse e de OSC nas sessões da Assembleia na vida dos munícipes e Assembleia dos grupos vulneráveis Alinhamento das expectativas Alinhamento das actividades e cidadão e as actividades e decisões da decisões da Assembleia as Assembleia necessidades dos munícipes

5. Resultados do Estudo

O presente trabalho tem como objectivos: i) Apresentar os mecanismos participação e de resposta do município para as necessidades dos cidadãos; ii) Indicar as plataformas/mecanismos de interacção entre os membros das Assembleia Municipal e os munícipes; iii) Descrever o nível de interacção entre os membros da Assembleia Municipal e os cidadãos; e iv) Identificar as limitações e as necessidades de capacitação dos membros da Assembleia Municipal. Portanto, a seguir são apresentados os resultados tendo em conta os objectivos pré-definidos.

5.1. Plataformas/Mecanismos e Nível de Interacção entre os Membros da Assembleia Municipal e os Munícipes

Para responder a este objectivo, que se enquadra na variável de representação dos munícipes, teve-se como indicadores: o conhecimento e acessibilidade da Assembleia pelo munícipe; a auscultação/consulta da Assembleia com o município, a prestação de contas pela Assembleia aos Munícipes; a resposta da Assembleia às preocupações apresentadas pelos munícipes nas consultas; a satisfação em relação ao nível de interacção com a Assembleia Municipal; e a satisfação em relação ao desempenho da Assembleia Municipal. Os resultados do inquérito sobre estes indicadores são apresentados nos gráficos 3, 4 e 5, a seguir.

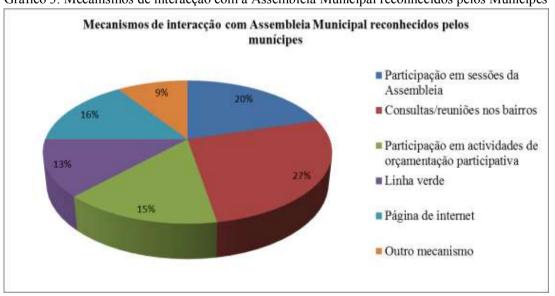


Gráfico 3: Mecanismos de interação com a Assembleia Municipal reconhecidos pelos Munícipes

Gráfico 4: Indicadores de representação dos munícipes

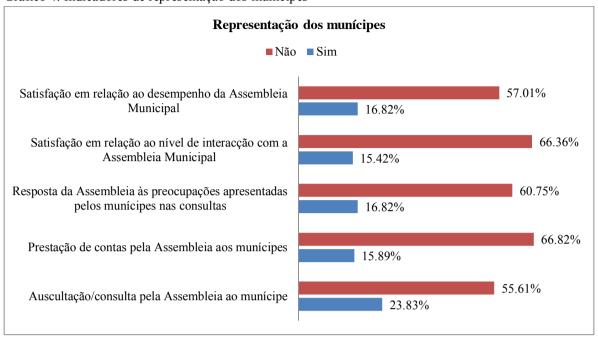
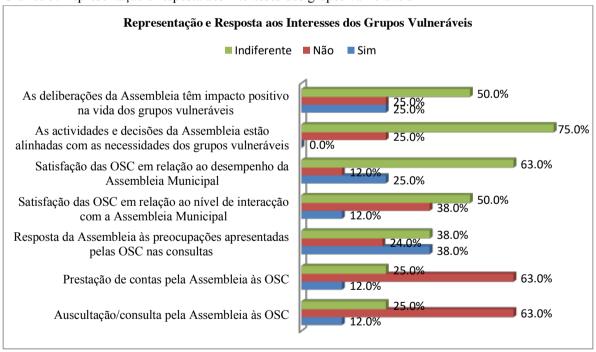


Gráfico 5: Representação e resposta aos interesses dos grupos vulneráveis



5.2.Mecanismos de Participação e de Resposta do Município para as Necessidades dos Cidadãos

A realização de tarefas e programas económicos, culturais e sociais de interesse local, definidos pela Assembleia Municipal, cabe ao Conselho Municipal, nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 56. Neste sentido, para melhor reflectir sobre a variável de melhoria na prestação de serviços, foram seleccionados indicadores apresentados no gráfico 6, com os respectivos resultados do inquérito.

Gráfico 6: Indicadores de fiscalização do executivo pela Assembleia Municipal na prestação de serviços aos munícipes



5.3.Limitações e as Necessidades de Capacitação dos Membros da Assembleia Municipal

Nos cargos públicos, não basta fazer bem, deve também parecer estar a fazer-se bem, conforme afirma Menzel (2001:363)³ "parecer fazer o mal quando na verdade não fizemos nada de errado pode ter o mesmo impacto negativo, ou um ainda maior, que tem o fazer errado". Regra geral, os principais grupos de interesse nas actividades da Assembleia Municipal submetidos ao inquérito têm uma percepção negativa sobre a capacidade técnica daquela para o exercício das actividades. Estes dados encontram-se ilustrados na tabela a seguir.

³Menzel, Donald C. (2001). "Ethics Management in Public Organizations: What, Why and How" in Terry Cooper (ed.). Handbook of Administrative Ethics, 2nd Ed. New York: Marcel Dekker, Inc. Chapter 17, pp 355-366.

Tabela 3: Percepção dos inquiridos (%) sobre as limitações dos membros da Assembleia Municipal

Indicador	Munícipes	OSC	Gestores e Pessoal de Apoio
Conhecimento das suas competências	50.47	33.33	72.22
Mecanimos de auscultação dos munícipes	51.4	33.33	72.22
Criação de plataformas de prestação de contas aos munícipes	57.94	33.33	61.11
Fiscalização das actividades dos órgãos executivos municipais		33.33	61.11
Capacidade técnica para discutir os instrumentos de governação municipal		44.44	72.22
Definição de prioridades de desenvolvimento local	58.41	33.33	66.67
Defesa dos interesses dos grupos vulneráveis		33.33	61.11
Domínio de Tecnologias de Informação e Comunicação		44.44	61.11
Assistência aos grupos vulneráveis em contexto da pandemia	59.35	22.22	44.44

No que concerne às necessidades de capacitação, das competências da Assembleia Municipal exercidas sob proposta ou a pedido de autorização do Conselho Municipal, nos termos do no 3 do artigo 45 da Lei no 6/2018, de 3 de Agosto, a maior parte dos inquiridos percebem que constituem necessidades de capacitação dos membros da Assembleia Municipal os apresentados na tabela a seguir.

Tabela 4: Matérias para Capacitação dos Membros da Assembleia Municipal na Percepção dos Inquiridos (%)

Área/Matéria	Munícipes	OSC	Gestores e Pessoal de Apoio
Desenvolvimento económico e social local	81.31	66.67	88.89
Meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida	82.24	66.67	88.89
Urbanização, construção e habitação	80.84	55.56	88.89
Finanças públicas e gestão patrimonial	79.91	44.44	88.89
Gestão e protecção ambiental	78.50	55.56	88.89
Desastres e protecção social dos grupos vulneráveis	80.37	55.56	88.89
Mecanismos de participação e prestação de contas aos munícipes	78.50	66.67	83.33
Tecnologias de Informação e Comunicação (e-Parliament)	78.97	55.56	83.33
Ética e Deontologia Profissional	80.37	100	83.33

6. Limitações do Estudo

A realização do presente trabalho enfrentou algumas limitações, nomeadamente:

• Burocracia e morosidade no despacho das credenciais, cujas primeiras, dirigidas ao Conselho Municipal foram rejeitadas duas semanas depois da submissão e exigida a sua substituição pelas dirigidas ao Presidente da Assembleia Municipal, também despachadas tardiamente. A isto aliou-se o período de condução de estudo que coincidiu com o de férias colectivas dos membros da Assembleia Municipal que só podem fornecer dados em inquéritos em formato físico e mediante autorização do Presidente da Assembleia Municipal;

- Autorização para recolha de dados junto da Assembleia Municipal em Fevereiro (ver o documento anexo), tempo depois do período previsto para a submissão do estudo;
- A equipa de consultores foi autorizada a conduzir a entrevista com o Presidente da Assembleia Municipal mediante envio do Guião (ver apêndice), entretanto, apesar do feedback positivo, até a data da submissão do Relatório, a equipa ainda não tinha recebido as respostas;
- Falta de acesso a documentos essenciais como o Regimento da Assembleia Municipal, alegando-se estar em processo de revisão e a nulidade do anterior;
- Aparente falta de colaboração no fornecimento de dados pelas OSC/ONGs a trabalhos feitos pelas outras, neste caso concreto pela CeUrbe;
- Existência de estudos com objecto ou temáticas similares (grupos vulneráveis) em simultâneo no CeUrbe e que tem mesmos grupos-alvos, particularmente OSC, que não colaboraram no fornecimento de dados alegando ter participado de outros estudos nos quais não tiveram acesso aos resultados e acções de seguimento da CeUrbe.

Entretanto, apesar destas limitações, com a realização do inquérito *online* de levantamento das necessidades de capacitação dos membros da Assembleia Municipal foram alcançados os objectivos previamente definidos. Portanto, foi possível:

- Conhecer as limitações e as necessidades de capacitação dos membros da assembleia municipal;
- Criar as bases para a elaboração de um currículo on job dos membros da assembleia municipal;
- Sistematizar os mecanismos participação e de resposta do município para as necessidades dos cidadãos;
- Conhecer o nível de interacção entre os membros da assembleia municipal e os cidadãos;
- Conhecer as plataformas/mecanismos de interacção entre os membros da assembleia municipal e os munícipes.

ANEXO E APÊNDICES

Anexo 1: Despacho do Presidente da Assembleia Municipal

	ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAPUTO
	Presidente
.0	Tiens of EFS JAMMUPAMM/2020
A	sunto: Impuérito sobre un cossidades de capacitação
10	K.MA SENHORA
D	ÉRCIA MATUCA
0	FICIAL DE PROGRAMAS E PESQUISAS DO
20	eUrbe - CENTRO DE ESTUDOS URBANOS
٨	V. KARL MARX, 1975 - MAPUTO
	cuso a recopção e agradaço o V ² credescial ao Senhor Hilário Chacate, para a narileação de inquêri vino sobre necessidades de capacitação aos membros da Assembleia Municipal.
A	utorizo a realização do impeírito que, por motivos de fórias no més de Janeiro, só poderá ser realiza partir de Fevereiro do 2021.
0.4	Secretariado Técnico da Assembleia Municipal estará à disposição de V. Ex. cia para a assistên se for necessária.
S	em mino assunto, quetra accitar os melhoros camprimentos
	Maputo, 28 de Dezembro de 2020
	Some La ASSEMBLEIA MUNICIPAL
	(Samuel Miguel Mediamola

Apêndice 1: Guião de Entrevista ao Presidente da Assembleia Municipal



INQUÉRITO *ONLINE* SOBRE AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAPUTO

GUIÃO DE ENTREVISTA

O presente guião de entrevista insere-se no âmbito do inquérito sobre o levantamento das "necessidades de capacitação dos membros da Assembleia Municipal de Maputo" visando criar bases para a elaboração de um currículo *on job* para melhoria da prestação de serviços e representação dos munícipes. O inquérito é conduzido por uma equipa de consultores independentes, por iniciativa do Centro de Estudos Urbanos (CeUrbe).

Trata-se de uma entrevista semi-estruturada, com questões abertas relativas a factos e experiências subjectivas, para captar percepções e obter informações pertinentes para o alcance do objectivo definido. A entrevista é dirigida à **Sua Excelência o Presidente da Assembleia Municipal, Samuel Miguel Modumela**, em reconhecimento do Seu prodígio na presidência e funcionamento daquele prestigioso órgão.

Os consultores comprometem-se a usar os dados exclusivamente para os fins declarados e a cumprir rigorosamente os valores e princípios éticos fundamentais na investigação na recolha, tratamento e apresentação dos dados de entrevista, nomeadamente, os valores de respeito pelo respondente, beneficência e justiça; e os princípios de consentimento informado, voluntariedade e benefício da fonte.

PARTE I: Representação dos Munícipes

- 1. Como avalia a capacidade de representação dos munícipes pelos membros das Assembleias Municipais, em termos de:
 - a. Acessibilidade das sessões da Assembleia Municipal e dos Membros, pelos munícipes;
 - **b.** Auscultação aos munícipes (incluindo a eficácia dos mecanismos usados);
 - c. Prestação de contas aos munícipes; e
 - d. Resposta às expectativas dos munícipes.
- **2.** Quais são as necessidades de capacitação dos membros da Assembleia Municipal para fortalecer a sua capacidade de representação dos munícipes no geral, e em particular dos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, deficientes, jovens e mulheres)?

PARTE II: Fiscalização do Executivo e Melhoria na Prestção de Serviços

- 1. Que desafios se apresentam aos membros da Assembleia Municipal na fiscalização e assistência ao Executivo na prestação de serviços ao munícipes?
- **2.** Que estratégias devem ser adoptadas para fortalecer a capacidade técnica da Assembleia Municipal na fiscalização do Executivo para melhoria da prestação de serviços?
- **3.** Como é que a Assembleia Municipal garante a melhoria da prestação de serviços aos grupos vulneráveis (crianças, idosos, deficientes, jovens e mulheres), pelo Executivo, particularmente em contextos de pandemia como o actual?

PARTE III: Informações Complementares

- **1.** De forma geral, quais são as necessidades de capacitação dos membros da Assembleia Municipal para melhor exercício das suas actividades?
- **2.** Que mecanismos são adoptados pela Assembleia Municipal para garantir a continuidade dos trabalhos dos mandatos anteriores e para salvaguardar a memória institucional?
- **3.** Que informações adicionais gostava de fornecer sobre os assuntos da entrevista?

Excelência, os nossos agradecimentos pelos vossos bons ofícios!

Apêndice 2: Inquérito dirigido aos Membros da Assembleia Municipal



INQUÉRITO *ONLINE* SOBRE AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAPUTO

Inquérito aos Membros da Assembleias Municipal

Este Inquérito insere-se no âmbito do levantamento das "necessidades de capacitação dos membros da assembleia municipal de Maputo" visando criar bases para a elaboração de um currículo *on job* para melhoria da prestação de serviços e representatividade dos munícipes. O inquérito é conduzido por uma equipa de consultores independentes, por iniciativa da CeUrbe. Os dados recolhidos serão usados exclusivamente para os fins declarados e será salvaguardada a confidencialidade e anonimato dos respondentes.

1. Identificação do Respondente

Sexo:
M
F
Outro
Idade:
18 a 35 anos
36 a 55 anos
65 ou mais anos
Nível de Escolaridade
a) Primário
b) Básico
c) Médio
d) Superior
e) Sem educação formal

Da escala apresentada, escolha a alternativa que melhor capta o seu nível de concordância/discordância em relação à afirmação dada.

I. Representação do Munícipes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1.1.Os munícipes conhecem as					
actividades da assembleia municipal					
1.2.Os munícipes têm acesso as sessões					
da assembleia municipal 1.3.Os munícipes têm acesso aos					
1.3.Os munícipes têm acesso aos membros da assembleia municipal					
1.4. Os munícipes conhecem os					
mecanismos de participação e					
interacção com a assembleia					
1.5.A assembleia municipal tem feito					
auscultação/consultas aos munícipes					
1.6. A assembleia municipal tem					
consultado os grupos vulneráveis					
1.7.A assembleia municipal tem prestado contas sobre sua actuação aos					
munícipes					
1.8.A assembleia municipal tem levado					
respostas às preocupações apresentadas					
pelos munícipes nas consultas					
1.9. O nível de interacção entre a					
assembleia e os munícipes é satisfatório					
1.10.Os assuntos discutidos na assembleia municipal correspondem as					
expectativas dos munícipes					
1.11. Os munícipes conhecem as					
comissões de trabalho da assembleia					
municipal					
1.12.Está satisfeito com o desempenho					
da assembleia municipal					
1.11. Reconheço os seguintes mecanismos de interacção da	Concordo totalmente	Concordo		Discordo	Discordo
assembleia municipal com os	totalmente	parcialmente	Indiferente	parcialmente	totalmente
munícipes				purcialmente	tottimente
1.11.1.Participação em sessões da					
assembleia					
1.11.2.Consultas/reuniões nos bairros					
1.11.3.Participação em actividades de					
orçamentação participativa					
1.11.4. Linha verde					
1.11.5. Página de <i>internet</i> do Município					
1.11.6. Outro					
II. Melhoria da Prestação de Serviços	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
2.1.A assembleia municipal está					
tecnicamente preparada para realizar as					
suas actividades					
2.2.As actividades e decisões da					
assembleia municipal estão alinhadas as					

.1.1.1.7.	T	T	T	T	T
necessidades dos munícipes					
2.3.As deliberações da assembleia					
influenciam na melhoria da prestação de					
serviços pelo executivo					
2.4.As deliberações da assembleia têm					
impacto positivo na vida dos grupos					
vulneráveis					
2.5. Há continuidade dos trabalhos da					
assembleia nas novas legislaturas					
2.6. A assembleia municipal tem					
mecanismos de salvaguardar a memória					
institucional					
III. A assembleia municipal tem	Concordo	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo
limitações na:	totalmente	parcialmente	munerente	parcialmente	totalmente
3.1.Conhecimento das suas					
competências					
3.2.Mecanimos de auscultação dos					
munícipes					
3.3.Criação de plataformas de prestação					
de contas aos munícipes					
3.4.Fiscalização das actividades dos					
órgãos executivos municipais					
3.5.Capacidade técnica para discutir os					
instrumentos de governação municipal					
(plano de desenvolvimento e de					
actividades, orçamento), Contas e					
fixação de impostos e taxas					
3.6.Definição de prioridades de					
desenvolvimento local					
3.7.Defesa dos interesses dos grupos					
vulneráveis					
3.8. Domínio de Tecnologias de					
Informação e Comunicação (e-					
Parliament) para prestação de serviços					
3.9. Assistência aos grupos vulneráveis					
em contexto da pandemia					
IV A assembleia municipal deve ser	Concordo	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo
capacitada em matérias de:	totalmente	parcialmente	indirer chic	parcialmente	totalmente
4.1.Desenvolvimento económico e					
social local					
4.2.Meio ambiente, saneamento básico e					
qualidade de vida					
4.3.Urbanização, construção e habitação					
4.5.Finanças públicas e gestão					
patrimonial					
4.6.Gestão e protecção ambiental					
4.7.Desastres e protecção social dos					
grupos vulneráveis					
4.8.Mecanismos de participação e					
prestação de contas aos munícipes					
4.9.Tecnologias de Informação e					
Comunicação (e-Parliament)					
4.10. Ética e Deontologia Profissional					

Apêndice 3: Inquérito dirigido ao Munícipe



INQUÉRITO *ONLINE* SOBRE AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAPUTO

Inquérito ao Munícipe

Este Inquérito insere-se no âmbito do levantamento das "necessidades de capacitação dos membros da assembleia municipal de Maputo" visando criar bases para a elaboração de um currículo *on job* para melhoria da prestação de serviços e representatividade dos munícipes. O inquérito é conduzido por uma equipa de consultores independentes, por iniciativa da CeUrbe. Os dados recolhidos serão usados exclusivamente para os fins declarados e será salvaguardada a confidencialidade e anonimato dos respondentes.

1. Identificação do Respondente

Sexo:
M
F
Idade:
18 a 35 anos
36 a 55 anos
65 ou mais anos
Nível de Escolaridade
a) Primário
b) Básico
c) Médio
d) Superior
e) Sem educação formal
Ocupação:
Trabalhador assalariado
Trabalhador informal
Empresário
Camponês
Doméstico
Estudante
Outro_

Da escala apresentada, escolha a alternativa que melhor capta o seu nível de concordância/discordância em relação à afirmação dada.

I. Representação do Munícipes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1.1.Conhece as actividades da assembleia municipal					
1.2.Tem acesso as sessões da assembleia municipal					
1.3.Tem acesso aos membros da assembleia municipal					
1.4. Conheço os mecanismos de participação e interacção com a assembleia					
1.5.A assembleia municipal tem feito auscultação/consultas aos munícipes					
1.6.A assembleia municipal tem prestado contas sobre sua actuação aos munícipes					
1.7.A assembleia municipal tem levado respostas às preocupações apresentadas pelos munícipes nas consultas					
1.8. O nível de interacção entre a assembleia e os munícipes é satisfatório					
1.9.Os assuntos discutidos na assembleia municipal correspondem as minhas expectativas					
1.10.Conheço as comissões de trabalho da assembleia municipal					
1.11.Está satisfeito com o desempenho da assembleia municipal					
1.11. Reconheço os seguintes Mecanismos de interacção da assembleia municipal com os munícipes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1.11.1.Participação em sessões da assembleia					
1.11.2.Consultas/reuniões nos bairros					
1.11.3.Participação em actividades de planificação/orçamentação participativa					
1.11.4. Linha verde					
1.11.5. Página de <i>internet</i> do Município					
1.11.6. Outro					
II. Melhoria da Prestação de Serviços	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
2.1.A assembleia municipal está tecnicamente preparada para realizar as suas actividades					
2.2.As actividades e decisões da assembleia municipal estão alinhadas as necessidades dos munícipes					

2.3.As deliberações da assembleia influenciam na melhoria da prestação de serviços pelo executivo.					
2.4.As deliberações da assembleia têm impacto positivo na vida dos munícipes					
2.5. Os novos membros da assembleia municipal dão continuidade aos trabalhos dos membros anteriores					
III. A assembleia municipal tem limitações no:	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
3.1.Conhecimento das suas competências					
3.2.Mecanimos de auscultação dos munícipes					
3.3.Criação de plataformas de prestação de contas aos munícipes					
3.4.Fiscalização das actividades dos órgãos executivos municipais					
3.5.Capacidade técnica para discutir os					
instrumentos de governação municipal					
(plano de desenvolvimento e de					
actividades, orçamento), contas e fixação					
de impostos e taxas					
3.6.Definição de prioridades de					
desenvolvimento local					
3.7.Defesa dos interesses dos munícipes,					
particularmente dos grupos vulneráveis					
3.8. Domínio de Tecnologias de					
Informação e Comunicação (e-					
Parliament) para prestação de seus					
serviços					
3.9. Assistência aos grupos vulneráveis					
em contexto da pandemia					
IV A assembleia municipal deve ser capacitada em matérias de:	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
4.1.Desenvolvimento económico e social local					
4.2.Meio ambiente, saneamento básico e					
qualidade de vida					
4.3.Urbanização, construção e habitação					
4.5.Finanças públicas e gestão					
patrimonial					
4.6.Desastres, Gestão e protecção					
ambiental					
4.7.Protecção social dos grupos					
vulneráveis					
4.8.Mecanismos de participação e					
prestação de contas aos munícipes					
4.9.Tecnologias de Informação e					
Comunicação (e-Parliament)					
4.10. Ética e Deontologia Profissional					

Apêndice 4: Inquérito dirigido aos Gestores Municipais



INQUÉRITO *ONLINE* SOBRE AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAPUTO

Inquérito ao Gestores Municipais e Pessoal de Apoio da Assembleia Municipal

Este Inquérito insere-se no âmbito do levantamento das "necessidades de capacitação dos membros da assembleia municipal de Maputo" visando criar bases para a elaboração de um currículo *on job* para melhoria da prestação de serviços e representatividade dos munícipes. O inquérito é conduzido por uma equipa de consultores independentes, por iniciativa da CeUrbe. Os dados recolhidos serão usados exclusivamente para os fins declarados e será salvaguardada a confidencialidade e anonimato dos respondentes.

1. Identificação do Respondente

3 1
Sexo:
M
F
Outro
Idade:
18 a 35 anos
36 a 55 anos
65 ou mais anos
Nível de Escolaridade
a) Primário
b) Básico
c) Médio
d) Superior
e) Sem educação formal
Cargo que ocupa no Município
Gestor
Apoio Técnico à assembleia Municipal

Da escala apresentada, escolha a alternativa que melhor capta o seu nível de concordância/discordância em relação à afirmação dada.

I. Representação do Munícipes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1.1.Conhece as actividades da					
assembleia municipal					
1.2.Tem acesso as sessões da assembleia					
municipal 1.3. Conhece os mecanismos de					
1.3. Conhece os mecanismos de interacção com a assembleia					
1.4.A assembleia municipal tem feito					
auscultação/consultas aos munícipes					
1.5.A assembleia municipal tem					
prestado contas sobre sua actuação aos					
munícipes					
1.6.A assembleia municipal tem levado					
respostas às preocupações apresentadas					
pelos munícipes nas consultas					
1.7.A assembleia tem capacidade					
técnica para representar os munícipes					
1.8.Os munícipes conhecem as comissões de trabalho da assembleia					
municipal					
1.8. Reconheço os seguintes	Concordo	Concordo			
Mecanismos de interacção da	totalmente	parcialmente		Discordo	Discordo
assembleia municipal com os	totalmente	purciamente	Indiferente	parcialmente	totalmente
munícipes				F	
1.8.1.Participação em sessões da					
assembleia					
1.8.2.Consultas/reuniões nos bairros					
1.8.3.Participação em actividades de planificação/orçamentação participativa					
1.8.4. Linha verde					
1.8.5. Página de <i>internet</i> do Município					
1.8.6. Outro					
	Concordo	Concordo			
II. Melhoria da Prestação de Serviços	totalmente	parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
2.1.A assembleia municipal está					
tecnicamente preparada para fazer o					
acompanhamento e controlo do					
executivo					
2.2. A assembleia municipal orienta o					
executivo para prestação de serviços aos					
grupos vulneráveis					
2.3.As actividades e decisões da					
assembleia municipal estão alinhadas as necessidades dos munícipes					

	T	T	T	T	Т
2.4.As deliberações da assembleia					
influenciam na melhoria da prestação de					
serviços pelo executivo					
2.5.As deliberações da assembleia têm					
impacto positivo na vida dos grupos					
vulneráveis					
2.6. Há continuidade dos trabalhos da					
assembleia nas novas legislaturas					
2.7. A assembleia municipal tem					
mecanismos de salvaguardar a memória					
institucional					
III. A assembleia municipal tem	Concordo	Concordo		Discordo	Discordo
limitações na:	totalmente	parcialmente	Indiferente	parcialmente	totalmente
3.1.Conhecimento das suas		•		Puz ciumicine	0000000000
competências suas					
3.2.Mecanimos de auscultação dos					
munícipes de auscultação dos					
3.3.Criação de plataformas de prestação					
, , ,					
de contas aos munícipes					
3.4.Fiscalização das actividades dos					
órgãos executivos municipais					
3.5.Capacidade técnica para discutir os					
instrumentos de governação municipal					
(plano de desenvolvimento e de					
actividades, orçamento), Contas e					
fixação de impostos e taxas					
3.6.Definição de prioridades de					
desenvolvimento local					
3.7.Defesa dos interesses dos grupos					
vulneráveis					
3.8. Domínio de Tecnologias de					
Informação e Comunicação (e-					
Parliament) para prestação de seus					
serviços					
3.9. Assistência aos grupos vulneráveis					
em contexto da pandemia					
IV A assembleia municipal deve ser	Concordo	Concordo		Discordo	Discordo
capacitada em matérias de:	totalmente	parcialmente	Indiferente	parcialmente	totalmente
capacitada em materias de.				parciamiente	totalillelite
4.1.Desenvolvimento económico e					
social local					
4.2.Meio ambiente, saneamento básico e					
qualidade de vida					
4.3.Urbanização, construção e habitação					
4.5.Finanças públicas e gestão					
patrimonial					
4.6.Gestão e protecção ambiental					
4.7.Desastres e protecção social dos					
grupos vulneráveis 4.8.Mecanismos de participação e					
1 1,					
prestação de contas aos munícipes					
4.9.Tecnologias de Informação e					
Comunicação (<i>e-Parliament</i>) 4.10. Ética e Deontologia Profissional					
			i .	1	1

Apêndice 5: Inquérito dirigido às Inquérito às Organizações da Sociedade Civil que Trabalham com Grupos Vulneráveis



INQUÉRITO *ONLINE* SOBRE AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAPUTO

Inquérito às Organizações da Sociedade Civil que Trabalham com Grupos Vulneráveis

Este Inquérito insere-se no âmbito do levantamento das "necessidades de capacitação dos membros da assembleia municipal de Maputo" visando criar bases para a elaboração de um currículo *on job* para melhoria da prestação de serviços e representatividade dos munícipes. O inquérito é conduzido por uma equipa de consultores independentes, por iniciativa da CeUrbe. Os dados recolhidos serão usados exclusivamente para os fins declarados e será salvaguardada a confidencialidade e anonimato dos respondentes.

1. Identificação da Organização

Nome da Organização	
Grupo-alvo	
Tipo de Organização	
Anos de serviço:	
0 a 5 anos	
6 a 10 anos	
10 ou mais anos	

Da escala apresentada, escolha a alternativa que melhor capta o seu nível de concordância/discordância em relação à afirmação dada.

I. Representação do Munícipes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1.1.A organização conhece as actividades da assembleia municipal					
1.2.A organização tem acesso as sessões da assembleia municipal					
1.3.A organização tem acesso aos membros da assembleia municipal					

1.4. A organização conhece os					
mecanismos de participação e interacção com a assembleia					
1.5.A assembleia municipal tem feito					
auscultação/consultas as OSC					
1.6.A assembleia municipal tem					
prestado contas sobre sua actuação as OSC					
1.7.A assembleia municipal tem levado respostas às preocupações apresentadas					
pelas OSC nas consultas					
1.8. O nível de interacção entre a assembleia e as OSC é satisfatório					
1.9.Os assuntos discutidos na assembleia municipal correspondem as					
expectativas das OSC					
1.10. Há inclusão dos interesses dos					
grupos vulneráveis nos assuntos debatidos na AM					
1.11. A assembleia representa					
efectivamente os interesses dos grupos vulneráveis					
1.12.Conheço as comissões de trabalho					
da assembleia municipal					
1.13.As OSC estão satisfeitas com o desempenho da assembleia municipal					
1.13. Reconheço os seguintes	Concordo	Concordo		D	D. 1
Mecanismos de interacção da	totalmente	parcialmente	Indiferente	Discordo	Discordo
assembleia municipal com as OSC		F		parcialmente	totalmente
1.13.1.Participação em sessões da assembleia		P		parcialmente	totalmente
1.13.1.Participação em sessões da				parcialmente	totalmente
1.13.1.Participação em sessões da assembleia				parcialmente	totalmente
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de				parcialmente	totalmente
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa				parcialmente	totalmente
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde				parcialmente	totalmente
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde 1.13.5. Página de <i>internet</i> do Município	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde 1.13.5. Página de <i>internet</i> do Município 1.13.6. Outro II. Melhoria da Prestação de Serviços 2.1.A assembleia municipal está		Concordo		Discordo	Discordo
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde 1.13.5. Página de <i>internet</i> do Município 1.13.6. Outro II. Melhoria da Prestação de Serviços 2.1.A assembleia municipal está tecnicamente preparada para realizar as suas actividades		Concordo		Discordo	Discordo
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde 1.13.5. Página de <i>internet</i> do Município 1.13.6. Outro II. Melhoria da Prestação de Serviços 2.1.A assembleia municipal está tecnicamente preparada para realizar as suas actividades 2.2.As actividades e decisões da		Concordo		Discordo	Discordo
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde 1.13.5. Página de <i>internet</i> do Município 1.13.6. Outro II. Melhoria da Prestação de Serviços 2.1.A assembleia municipal está tecnicamente preparada para realizar as suas actividades 2.2.As actividades e decisões da assembleia municipal estão alinhadas as		Concordo		Discordo	Discordo
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde 1.13.5. Página de <i>internet</i> do Município 1.13.6. Outro II. Melhoria da Prestação de Serviços 2.1.A assembleia municipal está tecnicamente preparada para realizar as suas actividades 2.2.As actividades e decisões da assembleia municipal estão alinhadas as necessidades dos grupos vulneráveis 2.3.As deliberações da assembleia		Concordo		Discordo	Discordo
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde 1.13.5. Página de <i>internet</i> do Município 1.13.6. Outro II. Melhoria da Prestação de Serviços 2.1.A assembleia municipal está tecnicamente preparada para realizar as suas actividades 2.2.As actividades e decisões da assembleia municipal estão alinhadas as necessidades dos grupos vulneráveis 2.3.As deliberações da assembleia influenciam na melhoria da prestação de		Concordo		Discordo	Discordo
1.13.1.Participação em sessões da assembleia 1.13.2.Consultas/reuniões nos bairros 1.13.3.Participação em actividades de orçamentação participativa 1.13.4. Linha verde 1.13.5. Página de <i>internet</i> do Município 1.13.6. Outro II. Melhoria da Prestação de Serviços 2.1.A assembleia municipal está tecnicamente preparada para realizar as suas actividades 2.2.As actividades e decisões da assembleia municipal estão alinhadas as necessidades dos grupos vulneráveis 2.3.As deliberações da assembleia		Concordo		Discordo	Discordo

2.5. Os novos membros da assembleia					
municipal dão continuidade aos					
trabalhos com as OSC feitos pelos					
membros anteriores	Concordo	Concordo			
III. A assembleia municipal tem limitações na:	totalmente	parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
3.1.Conhecimento das suas					
competências					
3.2.Mecanimos de auscultação das OSC					
3.3.Criação de plataformas de prestação de contas aos munícipes					
3.4.Fiscalização das actividades dos					
órgãos executivos municipais					
3.5.Capacidade técnica para discutir os					
instrumentos de governação municipal					
(plano de desenvolvimento e de					
actividades, orçamento), Contas e fixação de impostos e taxas					
3.6.Definição de prioridades de					
desenvolvimento local					
3.7.Defesa dos interesses dos munícipes,					
particularmente dos grupos vulneráveis					
3.8. Domínio de Tecnologias de					
Informação e Comunicação (e- Parliament) para prestação de seus					
serviços					
3.9. Assistência aos grupos vulneráveis					
em contexto da pandemia					
IV A assembleia municipal deve ser capacitada em matérias de:	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
4.1.Desenvolvimento económico e social local					
4.2.Meio ambiente, saneamento básico e					
qualidade de vida					
4.3.Urbanização, construção e habitação					
4.5.Finanças públicas e gestão patrimonial					
4.6.Gestão e protecção ambiental					
4.7.Desastres e protecção social dos					
grupos vulneráveis					
4.8.Mecanismos de participação e					
prestação de contas aos munícipes					
4.9.Tecnologias de Informação e					
Comunicação (e-Parliament)					
4.10. Ética e Deontologia Profissional					